

# Rede

Análise mensal da conjuntura nacional e internacional na ótica com compromisso cristão com a humanização e libertação.

– Reprodução permitida – favor citar fonte e enviar exemplar –

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade de seus autores.



## Um povo ameaçado

Em uma vigorosa e lúcida mensagem por ocasião da celebração do Dia da Pátria, 7 de setembro de 2021, o Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Dom Walmor Oliveira de Azevedo, lembra com propriedade que “a nossa Pátria não começa com a colonização europeia. Nossas raízes estão nas matas e nas florestas, sinal claro ensinando que a relação com o planeta deve ser pautada pela harmonia”. E prossegue Dom Walmor denunciando a grave ameaça que os povos indígenas vêm enfrentando por parte do poder econômico extrativista e ganancioso.

Cem anos recém-completados, Morin, um dos mais respeitados e lidos filósofos franceses e doutor *honoris causa* por diversas universidades do mundo, é um pensador transdisciplinar e humanista, que não cabe em clãs. “Cada um de nós tem uma identidade complexa, una e plural”, escreve, deixando claro, mais uma vez, que seu lugar é o mundo.

por Pe. VIRGILIO UCHÔA e GUILHERME DELGADO, continua na página 6



## Quando Paulo Freire trocou Harvard pelo Conselho Mundial de Igrejas

Eu tinha decidido que não escreveria sobre os 100 anos de Paulo Freire nesta semana. Li tantos textos e postagens fantásticos que ressaltam a memória e a relevância indelével deste ícone da educação, que achei que seria repetitiva e deveria poupar quem lê meus escritos de mais um texto sobre o tema.

Porém, um elemento me incomodou nas tantas homenagens que circularam pelos espaços midiáticos: a ausência de destaque em um aspecto da memória de Paulo Freire que é fundamental para se compreender como ele se tornou esta figura proeminente no mundo todo.

Paulo Freire se tornou um educador das “esquinas do mundo”, como ele sempre dizia, porque manteve viva sua identidade religiosa cristã para além do catolicismo. Ele era um cristão ecumênico, coerente com a perspectiva dialógica e amorosa que defendia em suas reflexões e práticas educativas.

Passei, então, a considerar relevante trazer aqui esta memória silenciada do que está para além do catolicismo progressista. Afinal está crescendo a antipatia de parte da intelectualidade e das esquerdas com tudo o que seja relacionado a igrejas, por conta das alianças de líderes deste segmento religioso com Jair Bolsonaro. Compreensível, mas nada sábio. Vamos recorrer à memória que é subversiva, mexe com os subterrâneos das nossas certezas, já dizia o teólogo evangélico Rubem Alves.

por MAGALI CUNHA, continua na página 2

## NESTA EDIÇÃO

- > **TERRIVELMENTE EVANGÉLICOS.**  
Rev. Nilson da Silva Jr., pág. 2
- > **CARESTIA E ESFARRAPADOS.**  
Thomaz Ferreira Jensen, pág. 3
- > **TARCÍSIO PADILHA: A FILOSOFIA COMO EXERCÍCIO ESPIRITUAL.**  
Mária Clara Lucchetti Bingemer, pág. 7
- > **A 'LIBERDADE DURADOURA' PARA FAZER GUERRAS.** Anderson Barreto Moreira, pág. 8
- > **BÍBLIA: O LIVRO DA CLASSE TRABALHADORA.** Angélica Tostes, pág. 9
- > **O 11 DE SETEMBRO E A LIÇÃO DOS FUNDAMENTALISMOS QUE NÃO DEVEMOS ESQUECER.** Ronilso Pacheco, pág. 10
- > **EPIFANIAS URBANAS.** Vicente Loureiro, pág. 12
- > **Para Ler: O MISTÉRIO DO TEMPO.**  
Fernando Altemeyer Jr., pág. 12

## Alberto Dines foi o pioneiro da crítica de imprensa

por FÁBIO ZANINI, página 11

Observatório  
da Imprensa



# Terrivelmente Evangélicos

REV. NILSON DA SILVA JÚNIOR\*

Sou filho e neto de evangélicos, não que isso possa me dar algum tipo de status espiritual ou que, de alguma forma, possa me tornar melhor que alguém, mas me ajuda a pensar o cenário evangélico a partir de lembranças e experiências vividas nos últimos cinquenta anos. Cresci na igreja protestante, meus pais de linha tradicional, meus avós pentecostais. Fui ensinado desde a tenra idade que tínhamos uma conduta que caracterizava de forma clara nossa crença. Nunca fomos dados a extravagâncias, antes, procurávamos ser honestos e verdadeiros. Lembro-me de as pessoas dizerem na escola que se quisessem alguém correto, que procurassem um evangélico. Mas o tempo passou. Na adolescência, vivi a influência “gospel” americana que chegava com muita força, especialmente nas músicas que cantávamos nos cultos. Aos poucos foram surgindo grupos musicais jovens onde eram introduzidos instrumentos elétricos, baterias e microfones. Com o tempo esses grupos se tornaram bandas e, já na minha fase adulta, vi outras inovações tomarem conta das comunidades evangélicas. Vieram os pastores da TV e, sobretudo, ainda mais impactante, a Teologia da Prosperidade.

Essa forma de ser cristão foi realmente traumática para nós que até então não víamos relação entre bens materiais e as bênçãos do Altíssimo. O novo modo de ser cristão passou a considerar que se a pessoa era alinhada aos preceitos de Deus deveria receber de forma concreta favores materiais. Assim, carros, casas, marcas de roupas, viagens e boa condição financeira seriam demonstrações de bênçãos. Foi a partir disso que vimos alguns pastores brasileiros, a maioria donos de suas próprias igrejas, se tornarem bilionários ao vincular a capacidade de ofertar ao poder de conquistar prosperidade. Lançavam – e ainda lançam – desafios monetários incentivando as pessoas a contribuírem para eles mesmos altas quantias com a promessa de ficarem ricos e possuírem o mundo. O poder da mídia e a acentuada ambição das pessoas contribuiu muito para o sucesso financeiro dessas empresas da fé.

Superados os solavancos da “gospelização” e posteriormente da “monetização” do protestantismo brasileiro, vemos surgir agora o “evangelho terrível”, articulado e incentivado pelo atual governo. Ser “terrivelmente evangélico” significa ser intensamente fundamentalista, ou seja, usar a Palavra de Deus ao pé da letra e a seu próprio serviço e interesse, especial-

mente o Antigo Testamento recheado de violência e radicalismo. Na verdade, o Antigo Testamento é a parte das escrituras que relata uma fé judaica, segundo a lei de Moisés, do “olho por olho, dente por dente”, tendo como pano de fundo as conquistas de Israel recheadas de sangue e morte, ou seja, nada a ver e totalmente contrário ao ensinamento cristão, inaugurado pelo Jesus que ensinou a dar a outra face, a andar a segunda milha, a perdoar, ter misericórdia e amar o próximo como a si mesmo.

O triste é que em nome de Deus os “evangélicos terríveis” incentivam o uso de armas, a justificação de mortes, de tortura, a discriminação de pessoas especiais – principalmente nas escolas – o menosprezo às mulheres, ao pobre, injúrias raciais, a insurreição às leis, a deposição dos poderes instituídos, apoiam o uso de palavras de baixo calão

e até imorais, sorriem da falta de educação, se envolvem em negociatas governamentais envolvendo lucro para seus bolsos, insuflam a população à violência, deslizam nos corredores de Brasília por interesses pessoais políticos e de poder, distorcem a palavra bíblica para chancelar desmandos e desumanidades e, mesmo cientes, preferem as trinta moedas de prata ao Jesus de Nazaré que nunca se amoldou a nenhum interesse, antes, confrontou o próprio satanás dizendo “arreda-te de mim”!

Presumo que se o protestantismo brasileiro não se alinhar novamente ao cristianismo bíblico mais que a outro “ismo” que assola o país, precisaremos nós, os “não terríveis” nos retirarmos do institucionalismo para mantermos nossa fé nos caminhos do mestre Jesus. Prosseguiremos resistentes, cristãos mais que nunca, talvez voltemos para as cavernas, talvez sejamos perseguidos e discriminados também, mas pelo menos não nos deixaremos levar por mentes terríveis que promovem terror, dissolução, retrocesso e decadência humana na sociedade brasileira.

\*Pastor e professor

Fonte: *Tribuna Piracicabana/SP*  
<revnilsonjr@gmail.com>



Os resultados do PIB no segundo trimestre de 2021, divulgados pelo IBGE, demonstram persistente fraqueza da economia brasileira, que perdura desde a recessão de 2015-16 e é resultado de uma política monetária e fiscal equivocada por parte do Governo Federal, no contexto mais amplo de completa ausência de projeto nacional de desenvolvimento.

É importante destacar que a base de comparação desses dados mais recentes é o segundo trimestre de 2020, em que a economia brasileira praticamente pa-



# Carestia e esfarrapados

rou, diante da necessidade de abrupto isolamento social por conta do início da circulação do vírus entre nós. Assim, o que vemos é a comprovação em dados que o país está retornando ao seu medíocre ritmo normal de baixo crescimento econômico, deteriorando as condições de vida de quase toda população, afetadas pelo desemprego, inflação crescente e ausência de perspectivas.

A variação do PIB do primeiro para o segundo trimestre de 2021 foi negativa, de -0,1%. Já em relação ao segundo trimestre de 2020, houve aumento de 12,4% (resultado esperado, como dissemos, diante da base de comparação deprimida), enquanto no acumulado de 12 meses, o indicador aponta avanço 1,8%, ritmo bastante fraco e semelhante ao verificado antes da pandemia.

O desempenho brasileiro ficou muito abaixo dos países da OCDE, por exemplo. Entre 29 desses países mais industrializados e ricos do planeta, a média de crescimento entre o primeiro e o segundo trimestres de 2021 foi de 1,9%, sendo que países como Portugal, Reino Unido e Áustria registraram taxas acima de 4%; a China cresceu 1,3%, o México 1,5% e o Chile 1,0%. Em comum entre todos estes países, houve um conjunto de esforços nacionalmente coordenados para combater a circulação do coronavírus (incluindo lockdowns verdadeiros e vacinação massiva), o que permitiu menor mortalidade e eficaz reabertura de suas economias.

O PIB do segundo trimestre e os indicadores mais recentes já divulgados pelo IBGE referentes ao mês de julho indicam também que ainda não recuperamos o patamar de 2014 da economia brasileira, à exceção da agropecuária e das exportações. As expectativas para o PIB de 2021, coletadas pelo Banco Central, já estão na casa de 5%, após sucessivas revisões para baixo, enquanto para 2022 se si-

tuam ao redor de 1,5%, embora alguns bancos e consultorias já revisem para abaixo disso, chegando a até 0,5% nos cenários mais pessimistas. Importante recordar que em 2020 a economia brasileira registrou queda de 4,1%.

Já a inflação medida pelo IPCA-IBGE teve alta de 0,87% em agosto, a maior para o mês desde o ano 2000. Com isso, o indicador acumula altas de 5,67% no ano e de 9,68% nos últimos 12 meses, acima do registrado nos 12 meses imediatamente anteriores (8,99%). Em agosto do ano passado, a variação mensal foi de 0,24%. As maiores elevações de preço em agosto foram os combustíveis. A gasolina subiu 2,8%, enquanto o etanol teve elevação de 4,5%. Gás veicular (2%) e óleo diesel (1,7%) também ficaram mais caros no mês. No ano, a gasolina acumula alta de 31%, o etanol 40,7% e o diesel 28%.

O custo médio da cesta básica de alimentos aumentou em 13 cidades e diminuiu em quatro, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo DIEESE em 17 capitais. A cesta mais cara foi a de Porto Alegre (R\$ 664,67), seguida pelas de Florianópolis (R\$ 659,00), São Paulo (R\$ 650,50) e Rio de Janeiro (R\$ 634,18).

As perspectivas para a inflação em 2021 são preocupantes. As estimativas coletadas pelo Banco Central situam-se acima de 8% para o IPCA, bem acima da meta de 3,5%. Dois preços que afetam os custos de quase toda a economia estão em elevação e sob forte pressão. Os derivados de petróleo seguirão no ritmo da política de preços da Petrobras, que privilegia a geração de lucro e a distribuição de dividendos aos acionistas. A energia elétrica já está em patamar elevado por conta da nova bandeira tarifária de emergência e o cenário de crise hídrica e falta de planejamento e atuação prévia por parte do governo federal, devem tornar o custo da

energia um problema secundário diante da perspectiva cada vez mais concreta de apagões.

A resposta à inflação crescente que o Banco Central oferece é a elevação acelerada da taxa básica de juros, que também afeta o conjunto da economia e deve ter eficácia restrita para conter a inflação (dado que os preços não estão subindo de forma generalizada por aumento de demanda), mas que seguramente vai comprometer o crescimento econômico neste ano e em 2022.

Neste contexto, os esfarrapados por esta economia são os trabalhadores, também aqueles que mais sofrem com a carestia. São 14,4 milhões de pessoas em busca de trabalho. O total de pessoas ocupadas está em 87,8 milhões – menos da metade da população em idade para trabalhar (acima de 14 anos) está ocupada no país. Os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada atingiram 10 milhões, cerca de 1,4 milhão de pessoas a mais em relação ao segundo trimestre do ano passado. Outro destaque da precarização é o trabalho por conta própria, que atingiu o patamar recorde de 24,8 milhões de pessoas. Os trabalhadores informais, que incluem aqueles sem carteira assinada (empregados do setor privado ou trabalhadores domésticos), sem CNPJ (empregadores ou empregados por conta própria) ou trabalhadores sem remuneração, somaram 35,6 milhões de pessoas. Os desalentados, ou seja, aqueles que desistiram de procurar trabalho devido às condições estruturais do mercado, são 5,6 milhões de pessoas.

No mês em que celebramos o centenário de Paulo Freire, o grande educador popular do Brasil para o mundo, uma leitura da triste conjuntura econômica que vivemos deve terminar reafirmando essa esperança, que é a dedicatória de sua “Pedagogia do Oprimido”: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.”

\*Economista, graduado pela Faculdade de Economia da USP (Universidade de São Paulo). Trabalha como assessor técnico no DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). É membro do Conselho Consultivo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e da Associação Brasileira de Reforma Agrária.  
<luzeirodebate.wordpress.com>

# Quando Paulo Freire trocou Harvard pelo Conselho Mundial de Igrejas

MAGALI DO N. CUNHA \*

Ela remonta ao período em que Paulo Freire foi perseguido e preso pela ditadura militar do Brasil (1964-1985), e teve que enfrentar o exílio a partir de 1965. Viveu, primeiramente, no Chile, até 1969, quando teve que tomar a decisão de deixar este País. Entre um convite para atuar na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e outro para integrar a equipe do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) como consultor de programas populares, Freire optou pelo CMI e articulou uma proposta que lhe permitiu um ano em Harvard e um mergulho no movimento ecumênico. Ele assim relatou ao jornal Pasquim, em 1978:

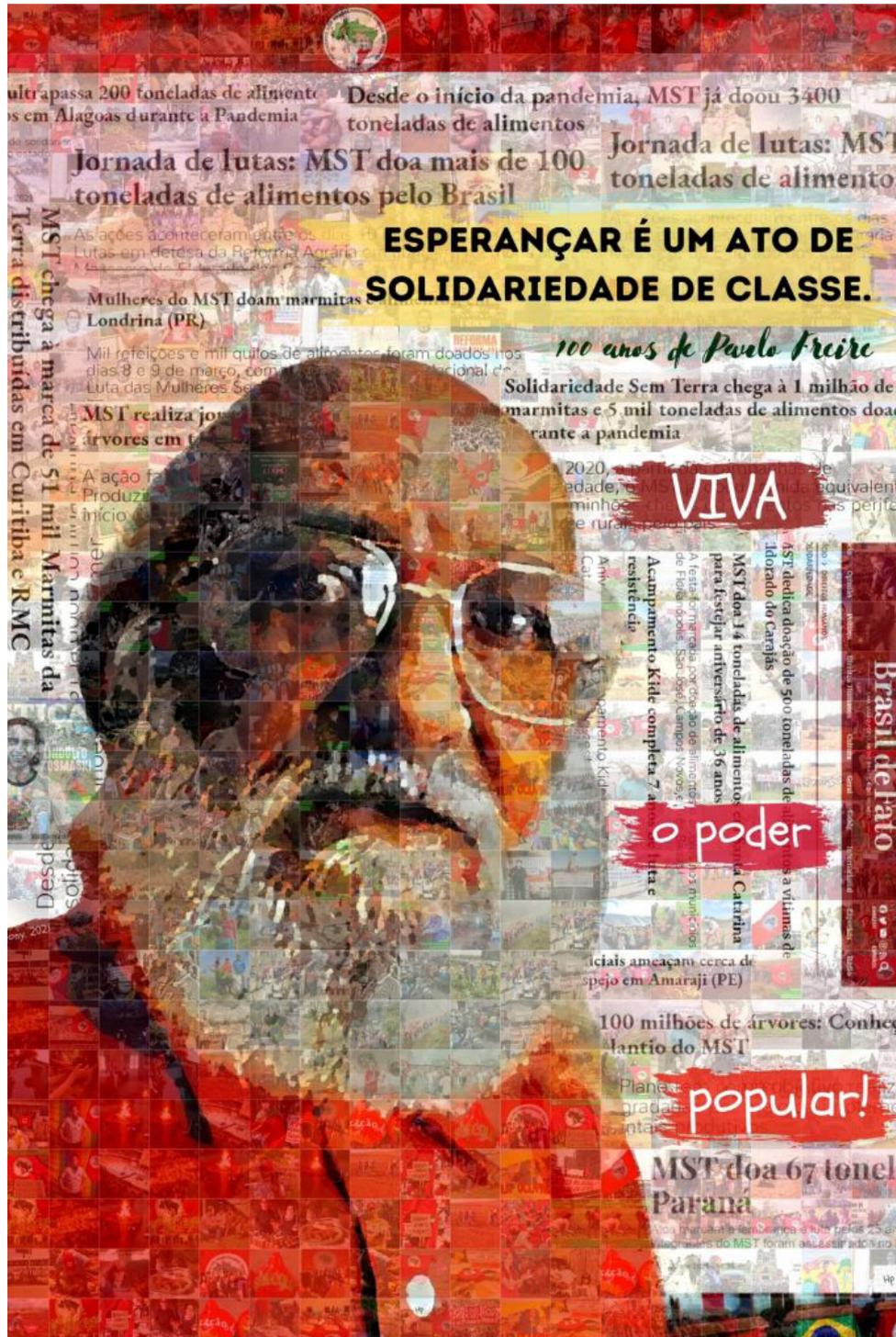
*“Eu preferia vir para o Conselho, porque o problema de ser professor para mim não se coloca. Eu me acho professor numa esquina de rua. Eu não preciso do contexto da universidade para ser um educador. Não é o título que a universidade vai me dar que me interessa, mas a possibilidade de trabalho. E naquela época eu sabia que o Conselho ia me dar a margem que a universidade não me daria. Eu temia, ao deixar a América Latina, perder o contato com o concreto e começar a me meter dentro de bibliotecas e começar a operar sobre livros, o que não me satisfaria e me levaria à alienação total. Não me interessa passar um ano estudando um livro, mas um ano estudando uma prática diretamente. O Conselho me dava esta oportunidade”* (“Paulo Freire, no exílio, ficou mais brasileiro ainda”, entrevista a Claudius Ceccon e Miguel Darcy de Oliveira).

Quando Paulo Freire trocou Harvard pelo Conselho Mundial de Igrejas – CartaCapital

Desta forma, em 1970, Paulo Freire partiu para Genebra, Suíça, para assumir a função de consultor de Programas Populares em Educação do então recém-criado Escritório de Educação do CMI. Este vínculo que durou dez anos, até que Freire retornasse ao Brasil com a anistia, tornou possível que o educador e sua produção ganhassem projeção mundial. Foi neste período ele que fundou, com outros brasileiros exilados na Suíça, o Instituto de Ação Cultural (IDAC), para prestar serviços educativos, especialmente aos países do Sul Global (identificados como Terceiro Mundo, à época).

Apesar da década em que atuou pelo CMI ter sido crucial para a construção e divulgação das ideias de Paulo Freire em todos os continentes, pouca atenção é dada por pesquisadores e

*Por que a memória do Paulo Freire cristão ecumênico tem sido silenciada nos destaques que lhe são feitos?*



memorialistas, a esse período. Em levantamento que fiz sobre produções acadêmicas no Brasil, dedicadas ao estudo deste período da vida e do trabalho de Paulo Freire, há uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado, cinco artigos acadêmicos, um verbete de dicionário, um capítulo de livro e uma entrevista em revista científica. No mais, há menções em vários textos, de diferentes naturezas, mas estas não mergulham na reflexão do que representou a inserção de Paulo Freire no movimento ecumênico mundial via CMI.

Faço aqui uma síntese do que está registrado em texto que produzi para o capítulo do livro “Libertação e luta: o pensamento educacional e social de Paulo Freire”, organizado pelo Prof. Lincoln Araújo, pela Editora Veritas, que está no prelo para ser lançado em outubro.

No texto, recupero trechos biográficos em que Paulo Freire narra uma base cristã, católica, familiar, que acompanhou o educador em toda a sua vida. Ele reconheceu seu afastamento da igreja (que atribuiu à distância entre a vida e o compromisso que ela exige, e o que diziam os padres nos seus sermões dominicais). Porém, ressaltou seu reencontro com ela, segundo ele, depois de se aproximar de Alceu Amoroso Lima, que usava em seus escritos o pseudônimo Tristão de Athayde, e era alinhado com o pensamento de Jacques Maritain, com cujo pensamento tinha afinidade.

O reencontro com o Catolicismo estreitou laços de Paulo Freire com a Teologia da Libertação, corrente teológica cristã ancorada na concepção de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres, em busca de libertação e vida plena. Em diversas manifestações escritas e faladas, Paulo Freire revelava sua fé como fonte de ação social.

O Paulo Freire católico e ecumênico, optou, portanto, por atender ao convite do CMI em 1970. O CMI é uma associação de igrejas fundada em 1948, no contexto da busca da cura de feridas causadas por duas grandes guerras mundiais. Estas ações geraram o que passou a ser denominado, no século 20, por movimento ecumênico, sendo o CMI sua mais destacada expressão.

Paulo Freire se tornou um educador das “esquinas do mundo”, como ele sempre dizia, porque manteve viva sua identidade religiosa cristã para além do catolicismo.

O organismo congrega hoje cerca de 350 igrejas-membros, que representam a maioria das denominações protestantes, anglicanas, ortodoxas, igrejas unidas, e outras, somadas a conferências e conselhos cristãos de diferentes países do globo de mais de cem países dos cinco

continentes, representando mais de 550 milhões de cristãos. As ações estão ancoradas nas perspectivas da unidade cristã, da promoção da paz com justiça e dos direitos humanos e do diálogo e da cooperação inter-religiosas. A Igreja Católica Romana não se fez membro do CMI, mas participa em diferentes programas.

O movimento ecumênico tem longa trajetória no Brasil e não são poucas as lideranças cristãs brasileiras que contribuíram para a constituição e consolidação do CMI, inclusive com integração aos seus quadros programáticos. Paulo Freire passou atuar no recém-criado Escritório de Educação do CMI, em 1970, na área de Programas Populares em Educação. Em extensão, tornou-se também professor no Instituto de Ciências da Educação da Universidade de Genebra, onde recebeu o título de Doutor Honoris Causa em Ciências da Educação, em 1979.

No evento que definiu o perfil do Escritório de Educação, a consulta “A crise da educação no mundo e a contribuição da Igreja”, realizada em Bergen (Noruega), em 1970, Paulo Freire indicou que a tarefa das igrejas deveria ser: *“testemunhar uma visão; envolver-se na educação para o bem mais amplo do que para o interesse próprio; inovar e depois abrir mão; para educar-se”*.

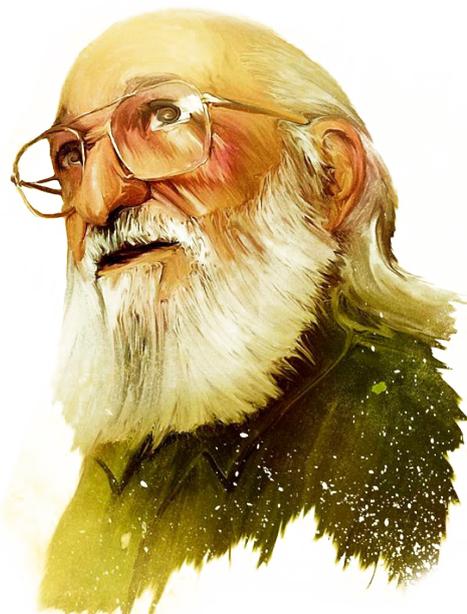
Nesse processo, a tarefa de Paulo Freire era realizada por meio de consultorias, seminários, presença em reuniões da UNESCO, participações em conferências, coletivas de imprensa e programas de rádio, encontros com políticos (como o Ministro da Educação de Portugal em 1974, logo após a Revolução dos Cravos). A prioridade era o, atualmente denominado, Sul Global – atuou na África, na Ásia, na Austrália, na Nova Zelândia, no Pacífico Sul e na América Central.

Entre setembro de 1975 e abril de 1980, Paulo Freire viajou dez vezes para a Guiné-Bissau, seis vezes para São Tomé e Príncipe, cinco vezes para Angola e três vezes para Cabo Verde. Nestas ações ele atuou diretamente nas abordagens pedagógicas dos governos desses países, com o desenvolvimento de programas de alfabetização.

Por vezes, a dinâmica se invertia e o CMI se beneficiava, tornando-se um espaço para receber oficialmente pensadores-chave da educação na época, atraídos pela presença e atuação de Paulo Freire no organismo, como o pensador austríaco Ivan Illich. Paulo Freire afirmou que os dez anos que esteve vinculado ao CMI estão entre os melhores anos de sua vida, apesar da separação forçada do Brasil, de suas raízes.

Identifiquei, nos levantamentos biográficos da produção de Freire na-

# Paulo Freire não estudou em Harvard, é Harvard que estuda Paulo Freire.



quela década, pelo menos 40 títulos entre livros, artigos, papers e entrevistas publicadas cuja temática relaciona o lugar da educação em relação ao Cristianismo, à teologia cristã, à ação ecumênica. Um texto significativo que ele produziu foi o prefácio do clássico livro “A Black Theology of Liberation” [Uma Teologia Negra da Libertação], de James Cone, de 1970, para a edição argentina de 1972. Nela, o educador afirma sobre os escritos de Cone: *“Dizer sua palavra, por isso mesmo, não é apenas dizer ‘bom dia’ ou seguir as prescrições dos que, com seu poder, comandam e exploraram. Dizer a palavra é fazer história e por ela ser feito e refeito. As classes dominadas, silenciosas e esmagadas, só dizem sua palavra quando, tomando a história em suas mãos, desmontam o sistema opressor que as destrói”*.

Importa, diante dos duros tempos que as duas décadas já vividas do século 21 têm representado, reavivar esta memória do Paulo Freire cristão ecumênico, entre educadores e lideranças religiosas dentro e fora das igrejas para que sirva de inspiração e estímulo para a formação da consciência crítica ecumênica e profética mais do que nunca tão necessária.

*\*Jornalista e doutora em Ciências da Comunicação. Pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e colaboradora do Conselho Mundial de Igrejas. Escreve no Carta Capital às quartas-feiras. Fonte: Carta Capital 22/09/2021 <magali.ncunha@gmail.com>*



# Um povo ameaçado

PE. VIRGÍLIO LEITE UCHÔA\*  
GUILHERME C. DELGADO\*\*

A terra indígena virou questão jurídica e de economia política, a partir de uma pretensão da bancada ruralista do Congresso Nacional de estabelecer um marco temporal restritivo como limite histórico absoluto para o reconhecimento da posse pretérita de terras indígenas. Esse marco seria o dia 5 de outubro de 1988, data de promulgação da atual Constituição da República Federativa do Brasil. Isto na prática significaria anular tudo o que está disposto no Art. 231 desta Constituição sobre o regime fundiário das terras indígenas no caso de não se provar a posse pretérita até aquela data (5/10/1988). Ficariam de fora as terras já reconhecidas e demarcadas nos últimos 33 anos com base nos critérios constitucionais do Art. 231. Devido à sua importância no tratamento desta relevante questão, vamos reproduzir aqui o *caput* deste artigo:

*Art. 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

Seguem-se a este *caput* sete incisos, definindo com clareza o que são ‘terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas’, os direitos de posse permanente que daí decorrem, além das condições excepcionais de exploração de riquezas naturais dos solos, dos rios e dos lagos nela existentes... (inciso 6º). No entanto, não há no texto constitucional qualquer referência a conceito restritivo sequer parecido com ‘marco temporal’ no sentido ora proposto.

Com base nas disposições constitucionais do Art. 231 e na legislação complemen-

tar subsequente, ao longo dos anos subsequentes à Constituição de 1988 foram reconhecidas terras indígenas equivalentes a 125,5 milhões de hectares, predominantemente na Amazônia, segundo nos informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no Censo Agropecuário de 2006. Falta ainda demarcar grande parte delas. É este, portanto, o pomo da discórdia semeado por um segmento do setor ruralista, não por acaso envolvido também com grilagem de terra pública e ávido por incorporar ao mercado de terras global porções crescentes do território nacional.

A pretensão de um grupelho por marco temporal restritivo e a defesa dos direitos fundiários originários apresentam-se hoje como uma profunda antinomia na hora de definir as prioridades políticas nacionais. Esta questão precisa ser esclarecida para que se possa discernir com propriedade e equidade. De um lado estão aqueles que enxergam o futuro econômico do Brasil pelas pobres lentes da especialização primário-exportadora de mercadorias globais padronizadas (commodities). Por outro lado, surge com vigor um amplo e irreversível movimento por transição ecológica em várias atividades econômicas, especialmente do setor primário, condição para que seja possível a própria sobrevivência humana em bases dignas nas próximas décadas. E isto não é mera conjectura, mas reiterado consenso científico manifesto pelo Painel das Mudanças Climáticas da ONU (IPCC na sigla em inglês).

A tese do marco temporal contra as terras indígenas e outras tantas desregulações ambientais contém propósito tácito ou explícito de fazer avançar a grilagem ‘legal’ de terras públicas rumo ao mercado global. Atinge diretamente uma população que ao longo da história é mestra no cuidado com a ‘casa comum’ e com a ecologia integral. E, nesse particular, tivemos o mérito de reconhecer direitos originários a uma porção apreciável do território nacional, algo que se realizou legitimamente ao longo de três décadas. Mas contra isto se insurgem alguns cegos com poder de mando, como o próprio Presidente da República, que sem meias palavras vem proclamando e promovendo estratégia golpista contra as terras indígenas, usando a ideia do marco temporal como peça deste jogo.

É necessário manter a integridade do regime fundiário das terras indígenas (Art. 231). E mais: urge avançar na transição ecológica para os outros regimes fundiários constitucionais, tais como o das ‘terras destinadas à produção’ (Arts. 184-186), das terras de ‘Parques e Reservas Naturais’ (Art. 225). E principalmente cumpre disciplinar o amplo e ambíguo conceito de ‘terras devolutas públicas’ (Art. 20), espaço permanentemente ameaçado por uma cruel indústria de grilagem.

\*Pároco Emérito da Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Migrantes, Lago Oeste, Sobradinho – Brasília, DF.

<virgilio.uchoa@gmail.com>

\*\*Economista e possui doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1984).

<guilhermecostadelgado@gmail.com >

# TARCÍSIO PADILHA

## A filosofia como exercício espiritual

MARIA CLARA LUCCHETTI BINGEMER\*

Há filósofos que concebem a filosofia como um exercício do pensar, entendendo pensar em conexão direta com a razão e o que dela deriva. Há outros filósofos que, sem deixar de assim entender seu ofício, encaram-no como exercício espiritual. Veja-se por exemplo, a esse respeito, o grande filósofo francês Pierre Hadot, que concebia a filosofia como exercício espiritual, entendendo por isso um projeto de transformação e mudança da própria maneira de viver. Os exercícios espirituais não se restringem, portanto, a atividades do pensamento, mas referem-se à capacidade de elevação do indivíduo à vida em conexão com o Todo.

Hadot defendeu a filosofia como modo de vida, e assim tentou fazê-la e elaborá-la durante sua vida. Sustentava que a filosofia antiga propôs à humanidade uma arte de viver. Era crítico da filosofia moderna que, a seu ver, aparecia sobretudo como a construção de um serviço meramente técnico, reservado a peritos e especialistas.

Tarcísio Padilha é um filósofo que viveu exercitando-se para alargar e dilatar seu pensamento e espaços interiores e comungar com a realidade. No exercício da docência de filosofia, da escrita de reflexões filosóficas e dos cargos de direção e responsabilidade de diversos órgãos, como a Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente. O Centro Dom Vital, que conduziu por vários anos, deixava transparecer essa integração harmoniosa entre pensamento e vida não só na

objetividade das conferências, aulas e textos, como no trato com as pessoas.

Conjugava uma seriedade profunda em tudo que fazia, com uma doçura e flexibilidade encantadoras. Prestigioso filósofo, transitava em altas esferas e relacionava-se com nomes como Jean Luc Marion, entre outros. Era de uma simplicidade maravilhosa, prodigalizando a todos o mesmo luminoso sorriso que se prolongava da boca aos olhos e a essa descia iluminando o rosto por inteiro. Essa maneira de ser também o levava a jamais aceitar qualquer tipo de privilégio, como passar na fila do elevador quando alunos e jovens lhe ofereciam. Esperava como todos, com sorriso e bom humor.

Nossa amizade começou por contatos acadêmicos, mas também e não menos por sintonia de fé. Tarcísio era católico e vivia sua fé com transparência e alegria. Mas também com um imenso respeito pelo sentimento religioso ou não religioso dos outros com quem convivía. Em vários eventos aos quais me convidou para participar como conferencista pude constatar essa liberdade de espírito, que o fazia aberto e receptivo a todas as correntes de pensamento e opções políticas.

Como presidente da Academia Brasileira de Letras tinha o respeito total dos colegas que o consideravam – como me disse uma acadêmica em conversa pessoal e amistosa – um “cardeal”, querendo por isso significar um líder que tinha o consenso dos colegas acadêmicos.

Tarcísio nutria grande afeto e admiração pelo Papa João Paulo II, com quem esteve e conversou mais de uma

vez. Um dos últimos eventos por ele organizado foi o lançamento de um livro que intitulou, em homenagem ao papa polonês, “O Cura da Aldeia Global”. A clara alusão ao “cura de aldeia”, famosa obra do escritor francês Georges Bernanos, não escapa ao leitor que frequenta a obra do último. Mas é de se notar a feliz analogia que o filósofo elabora para apresentar a figura do admirado e querido Papa.

Em conversas pessoais, confidenciou-me que admirava muito a sensibilidade e o capacidade de comunicação de Wojtyla e como se dirigia com força a multidões pelo mundo inteiro com uma imensa força espiritual. Concordo com meu querido amigo quanto à capacidade de comunicador de João Paulo II. Todos recordamos seu encontro, em 1980, com os jovens em Belo Horizonte cantando A Barca. Convidada por Tarcísio, participei como conferencista do encontro do Papa com as famílias, em 1997, e pude constatar que, apesar dos anos que se passaram, a força comunicadora continuava intacta.

Esse filósofo, que fazia do pensar um exercício espiritual, nos deixou no último dia 9 de setembro, vitimado pela Covid-19. A filosofia, à docência, a academia brasileira e a comunidade eclesial católica sentem o vazio da saudade e abraçam sua esposa Ruth e toda a sua família. Eu, pessoalmente, sinto também a saudade da presença do grande amigo, verdadeiro irmão que se foi. Porém, o lastro de sua presença luminosa é companhia permanente e inspiração para seguir fazendo do pensar um exercício espiritual e um modo de viver. Obrigada, Tarcísio.

*Teóloga, escritora e professora do Departamento de Teologia da PUC-Rio e autora de Teologia e literatura: afinidades e segredos compartilhados, entre outros livros (PUC-Rio e Editora Vozes). <agape@puc-rio.br>*





# A ‘liberdade duradoura’ para fazer guerras

ANDERSON BARRETO\*

*“O presidente [dos Estados Unidos] está autorizado a usar todo tipo de força necessária e adequada contra as nações, organizações ou pessoas que ele constatar terem planejado, autorizado, cometido ou auxiliado os ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001, ou que tenham abrigado tais organizações ou pessoas.”* Essas foram as palavras da seção 2 da Resolução Conjunta que inaugurou a chamada “Guerra ao Terror” no início deste milênio. A amplitude era tanta que permitia declarar guerras aos “inimigos” a qualquer hora e lugar, sem necessidade de autorização por nenhum dos demais poderes.



Logo, essa concepção se desdobraria em “guerras preventivas” contra países e organizações do denominado “eixo do mal”, aqueles que os Estados Unidos unilateralmente declararam “inimigos da humanidade”. A referida resolução foi aprovada em 14 de setembro por unanimidade no Senado. Na Câmara, apenas uma mulher negra corajosamente contestou e votou contra: a deputada democrata da Califórnia, Barbara Lee. Desta forma, o congresso americano deu imensos poderes ao presidente George W. Bush e sinal verde para o início de duas décadas de guerras do império. Como toda guerra imperialista, rendeu contratos bilionários para o complexo industrial-militar, desestabilizou países e regiões inteiras e deixou atrás de si um rastro de milhares de mortos e destruição.

A resolução respondia, em tese, à necessidade de revidar os atentados de 11 de setembro, cuja autoria foi atribuída a até então obscura organização fundamentalista Al-Qaeda, liderada por um certo Osama Bin Laden, membro de uma rica família saudita que possuía inclusive negócios nos Estados Unidos.

Em 7 de outubro de 2001, apesar de não ter havido nenhum afegão envolvido nos atentados, os Estados Unidos invadiram o país com a justificativa de que o Afeganistão abrigava a Al-Qaeda. Foi o começo da operação “Liberdade Duradoura”. até então, o longínquo país encravado no coração da Ásia Central e governado por outro grupo fundamentalista – os talibãs, que recebiam apoio do Paquistão – era mais conhecido por ter derrotado duas tentativas de invasão do Império Britânico no século XIX e ter sido o “Vietnã” da União Soviética no século XX.

Foi durante a década de 1970 que este país montanhoso e desértico, predominantemente agrário-pastoril, dominado por grandes proprietários de terras e dividido por vários grupos étnicos – entre eles tajiques, hazaras e, o maior, os pashtuns – passou por um processo de luta social intenso. Ao contrário da ideologia da Guerra Fria disseminada por Hollywood, não foi a ocupação soviética a responsável pela instauração de um governo socialista no Afeganistão, e nem o soldado John Rambo seu herói nacional. Em 1972, Mohammed Daoud articulou um golpe e derrubou a monarquia de seu primo, o rei Mohammed Zahir Shah. Apesar de instaurar a república e ter um discurso aparentemente progressista, o novo governo pouco modificou as condições de vida e manteve a brutalidade das perseguições políticas. Em abril de 1978, as duas alas comunistas do Afeganistão – Khalk e Parcham – articularam com oficiais do exército e da força aérea a tomada do poder.

A Revolução de Saur, como ficou conhecida, teve como primeira medida a reforma agrária, que atingia diretamente os grandes proprietários. A segunda foi o fim das doações feitas pelo futuro marido para a família da noiva, que simbolizava o processo de opressão e submissão das mulheres. Por óbvio, num lugar dominado por clãs patriarcais, a reação não tardou e em poucos meses o país estava conflagrado. Após uma violenta divisão interna entre os comunistas – com assassinatos e líderes exilados – a União Soviética ocupou o Afeganistão em 24 de dezembro de 1979.

A partir daí a história é mais conhecida. Além do Afeganistão, a revolução no Irã havia derrubado mais um ponto de apoio estadunidense na região. Para re-

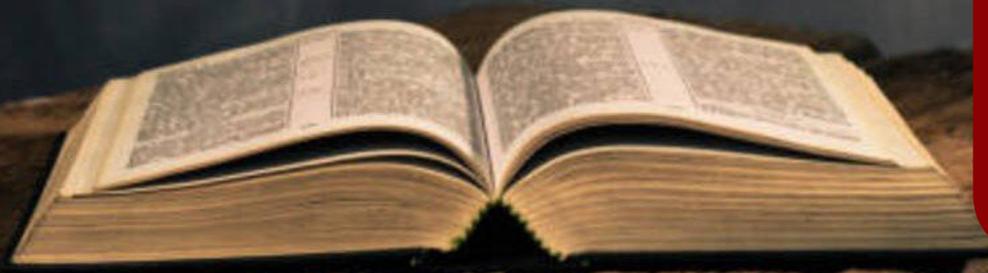
cuperar terreno, por um lado, os Estados Unidos estimularam uma guerra entre Irã e Iraque que durou por toda a década de 1980. Por outro, seguindo a estratégia de Zbigniew Brzezinski, conselheiro de segurança nacional do governo democrata de Jimmy Carter, armaram e estimularam vários grupos conservadores e reacionários que se valiam da retórica islâmica fundamentalista para combater o “comunismo soviético” e “lutar pela liberdade”. Dentre esses estavam os talibãs e a Al-Qaeda. A União Soviética se retirou do Afeganistão em 1989 e logo seguiu-se mais um período de guerra civil quando, em 1996, os talibãs tomaram o poder. Portanto, se para o mundo é somente no início do século XXI que tudo isso vem à tona, para a CIA, o Pentágono e o governo estadunidense, esses já eram personagens bem conhecidos.

A invasão em outubro de 2001 nunca foi capaz de cumprir os objetivos que anunciou: a derrubada do governo talibã foi seguida pela instalação de um governo títere e profundamente corrupto, e a construção de um Estado “fundado nos valores democráticos e na liberdade” foi apenas um slogan. A crença dos Estados Unidos de que uma invasão militar é capaz de solucionar problemas de um país e de seu povo é a origem dos seus fracassos. Depois de 20 anos e com um rol de invasões e bombardeios – Iêmen, Iraque, Paquistão, Líbia, Somália e Síria, para citar alguns – sob a bandeira da “guerra ao terror”, a derrota dos Estados Unidos no Afeganistão parece encerrar esse capítulo.

O futuro do Afeganistão é incerto: certamente dependerá do resultado da articulação de China, Rússia e Irã, que, sem dúvidas, pretendem aproveitar a situação para reduzir a influência estadunidense na região e tentar estabilizá-la depois de anos de guerra. Dependerá também do que venha a ser o novo governo talibã e das lutas sociais que ocorrerão no país. Quanto aos Estados Unidos, parece que já se preparam para uma nova aventura, desta vez no Mar da China Meridional, com um novo inimigo – a China – e à procura de seu novo Afeganistão. Taiwan? A liberdade para a guerra é duradoura.

\*Professor de História e integrante do FRONT – Instituto de Estudos Contemporâneos  
<anderson.barretomoreira@gmail.com >

# BÍBLIA: o livro da classe trabalhadora



ANGÉLICA TOSTES\*

## *O campo popular ainda precisa compreender que a Bíblia é um elemento de fé importante para a classe*

Desde muito nova a Bíblia me acompanhou. De família pentecostal, sempre me encantava com suas palavras difíceis ou ia logo no final de algumas edições para ver os mapas da Galiléia, o Monte Gólgota. Era muito comum os adultos grifarem versículos com marca-texto bem chamativo.

Lembro que um dia peguei a Bíblia do meu pai e grifei um Salmo. Já não me recordo mais qual era, mas, quando viu, ele me perguntou: “mas você lá entendeu alguma coisa?” Provavelmente não entendi, claro, palavras tão difíceis, metáforas tão complexas, mas ainda assim um texto tão próximo, que caminhou – e caminha – lado a lado comigo, como com todo o povo evangélico.

Essas experiências com a Bíblia me instigaram a ponto de me debruçar sobre e fazer teologia. Com ela, aprendi um bocado de palavras estranhas: hermenêutica, exegese, pneumatologia... Assim, descobri que toda a nossa leitura já vem carregada de conceitos, experiências, visões, experiências de vida: nenhuma leitura – de nenhum texto, muito menos os textos sagrados – é neutra!

Todo domingo é dia de ver gente andando pelas ruas com sua Bíblia na mão. Aliás, hoje em dia, nem é preciso ser no domingo, pois é tão comum encontrarmos trabalhadores e trabalhadoras indo ou voltando de seus ofícios nos transportes públicos carregando e lendo uma Bíblia, podendo ser física ou digital, pois com ela nos smartphones

você a tem a todo instante. A pesquisadora Christina Vital, em seus estudos sobre o tráfico, periferia e pentecostalismo, descreve os territórios das comunidades repletas de versículos bíblicos espalhados como grafite pelas paredes.

É inegável que a Bíblia é um elemento da classe trabalhadora, e é com ela que os fiéis vão tecendo suas visões de mundo, sua forma de ser e agir no aqui e agora, seus conceitos e preconceitos, e é por meio dela que muitos encontram as esperanças, o amor, a acolhida.

Claro, tudo isso imerso na maior contradição possível, principalmente quando pensamos que a Bíblia, como apontou Franqueline, evangélica e militante do MST, pode ser também um elemento da classe dominante, que a usa como forma de opressão e para construir suas políticas e visões reacionárias. E é nesse terreno fértil, mas com muitas pedras, que os movimentos populares e a esquerda precisam transitar.

Ler a Bíblia é o incentivo que muita gente encontra para aprender a ler, como aponta o pastor da Assembleia de Deus e coordenador da RELEP Brasil (Rede Latino-americana de Estudos Pentecostais), David Mesquiati Oliveira: “*Nos programas sociais de inclusão pela leitura, a educação de adultos contou com forte presença pentecostal, motivados pela vontade de fazer sua própria leitura da Bíblia.*” Para os evangélicos, a Bíblia é o grande tesouro e é nela que buscam respostas para as diferentes necessidades subjetivas e espirituais. O desprezo ou a minimização do texto por parte de setores de esquerda faz com que o abismo criado pela direita, que nunca abandonou a Bíblia, se torne cada vez maior.

Partindo do princípio de que todo o texto sagrado, ou texto da religião, é fruto da cultura, ou seja, molda o pen-

samento de seu contexto histórico-social, como estamos lidando com a questão da Bíblia entre a esquerda? Há um analfabetismo cultural acerca do texto, que vai além da fé, mas de compreensão de seu conteúdo, relevância histórica e impactos políticos-religiosos nas sociedades em que a Bíblia esteve presente – para bem e para mal. Setores conservadores e fundamentalistas nunca largaram de mão, e continuam a dizer que detêm o poder e controle sobre ele, que há apenas uma única visão acerca da Bíblia.

Vale lembrar que a Bíblia foi e é instrumento de resistência e luta em nossa América Latina. Na tradição latino-americana, temos a preciosidade do método da Leitura Popular da Bíblia (LPB), que surgiu a partir dos encontros populares e das comunidades eclesiais de base (CEBs) na tentativa de encontrar correlações bíblicas para a história do povo sofrido. A LPB possui método de leitura que consiste na tríade: Realidade – conviver com o povo, aprender o que eles sabem, ser povo; Bíblia – trazer a Bíblia para o diálogo com o cotidiano, para a realidade, e buscar respostas; Comunidade – partilhar o pão, a vida, através da transformação comunitária da realidade.

O campo popular ainda precisa compreender que a Bíblia é um elemento de fé importante para a classe trabalhadora, e que esse fiel é também interseccionado pelas múltiplas opressões que o neoliberalismo racista e hetero-patriarcal opõe sobre ele ou ela. Para muitos, a Bíblia, diz Mesquiati, “assim, não se trata apenas de um livro (uma coisa), mas, performaticamente, é percebido como Deus falando-lhes por meio do texto”. É através da Bíblia, da oração, da comunhão na igreja que é possível dele se enxergar como um ser humano digno e amado. O caminho é longo, mas o primeiro passo para um diálogo real é o respeito. Só assim laços de confiança serão estabelecidos nos territórios e conseguiremos avançar com as pautas progressistas dos direitos humanos.

\*Teóloga, mestra em Ciências da Religião, professora e pesquisadora do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.  
Fonte: Carta Capital/Blog Diálogos da Fé.  
<angelicatostes@gmail.com>



# O 11 de setembro e a lição dos fundamentalismos que não devemos esquecer

RONILSO PACHECO\*

Em todo o mundo, hoje repercute e é lembrado os ataques terroristas contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Entre eles, o mais marcante, obviamente, a destruição das torres gêmeas. O World Trade Center, com as chocantes imagens da colisão dos aviões e o desmoronamento das torres.

Como reação aos ataques, o pós 11 de setembro também inaugura uma nova fase da geopolítica dos Estados Unidos e sua política interna: a islamofobia. E isto nos coloca diante de uma perspectiva política pouco levada em conta nas exaustivas análises sobre os 20 anos do ataque. Como a religião é acionada e tão importante em meio à construção ou de inimigos, ou de unidade nacional.

Apesar de profundamente associado com o islamismo ou terroristas de religião muçulmana, o fundamentalismo nasce em berço cristão, especificamente evangélico, nos Estados Unidos. Esta é informação importante, porque a perda da origem do fundamentalismo no horizonte da história americana diz muito sobre o impacto do 11 de setembro para além do “terror”.

É como reação ao liberalismo teológico que um grupo de pastores e teólogos conservadores, em fins do século 19, inicialmente ligados ao Seminário Teológico de Princeton se articulam em torno de um movimento que busca estabelecer um confronto direto ao que consideravam um risco para o “verdadeiro cristianismo”.

Em uma conferência de 1910, este grupo, formado basicamente por batistas e presbiterianos, publica 12 volumes de uma obra a qual chamavam “Os Fundamentos”, financiados com os recursos de empresários cristãos conservadores. Esse movimento e a publicação destes volumes dão origem ao termo “fundamentalista”.

Com isso, eles buscavam estabelecer os pontos que determinariam quem de fato seguia o cristianismo e quem estaria influenciado pelos “ventos modernos” do liberalismo que “permitia tudo”. Começava aqui também uma disputa que iria muito além da igreja e dos seminários.

Um exemplo famoso desta disputa acontece em 1925, quando John Scopes, um professor do Ensino Médio “viola” uma lei promulgada no Tennessee, que proibia o ensino de qualquer teoria que negasse que o mundo e a humanidade foram criados por Deus, como a Bíblia descreve. Scopes ensinava a partir do evolucionismo teroizado por Charles Darwin.

O caso acendia um alerta quanto ao papel dos evangélicos conservadores na esfera pública em um país majoritariamente branco, com forte herança escravocrata e segregado. Nas décadas seguintes, a “missão” dos evangélicos fundamentalista passou a ser minar definitivamente qualquer iniciativa que parecesse “descaracterizar” a “verdadeira América”.

Em 2001, no 11 de Setembro, quando acontece o ataque terrorista contra as torres gêmeas, assim que a Al Qaeda assumiu a autoria dos atentados e sabia-se que os terroristas eram, portanto, muçulmanos, em meio a dor e escombros, os conservadores americanos viram nascer um novo inimigo para mirar.

O atentado tinha de fato cunho político e religioso. Mas o cunho religioso por parte dos Estados Unidos nunca foi admitido pelas autoridades americanas. Parecia que, de fato, o nacionalismo cristão buscava esta oportunidade há anos para retomar a sua força e a tentativa de estabelecer a “América pura”. Nesse momento, o islamismo deixa de ser uma tradição religiosa, como o cristianismo, e se torna uma identidade religiosa “do mal”, inimiga da prosperidade cristã do ocidente.

O sentimento de dor e de que algo deveria ser feito diante do ousado ato terrorista provocado pelos terroristas do Al Qaeda foi impulsionado pela afirmação xenófoba e de preconceito religioso dos conservadores evangélicos de que o islamismo traria, em si mesmo, a inclinação para a violência e para o terror.

Assim, os “fundamentos” muçulmanos seriam, portanto, instigantes de

atos violentos e contra democracias. Neste momento, a virada de compreensão de “fundamentalismo” acontece, e a expressão se descola da exclusividade dos evangélicos conservadores e se aloja no islamismo. O principal inimigo dos Estados Unidos, agora, é o “fundamentalismo islâmico” e seus terroristas.

A pesquisadora Kristin Du Mez, em entrevista concedida para esta coluna em agosto de 2020, diz que “a militância evangélica foi alimentada por contos fraudulentos da ameaça islâmica, contos que foram promovidos pelos próprios evangélicos” e fala sobre o caso de vários “ex-terroristas muçulmanos” fraudulentos que entraram no circuito evangélico no início dos anos 2000, dizendo aos evangélicos americanos como os muçulmanos queriam matá-los e destruir a América.

É provável que esta associação tenha se tornado bem-sucedida, já que muitas pessoas que falam do “terrorismo islâmico” não se imaginam dizendo “terrorismo cristão”.

Mas, sim, seguindo essa lógica, nós podemos pensar no atentado do norueguês Anders Breivik, na Noruega, que assassinou mais de 70 pessoas em 2001, como um “terrorismo cristão”. E, sim, a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021 foi, além de um terrorismo doméstico, um típico “terrorismo cristão” americano.

Embora pareça distante, essa articulação a partir da religião, de construir e desconstruir imaginários ultraconservadores está mais perto do que nunca no Brasil. Um bom aprendizado da tragédia do 11 de setembro, 20 anos depois, para nós, pode ser que a religião nunca deve ser subestimada quanto à sua capacidade de forjar um país fundamentalista, militarizado e punitivista ou cada vez mais vivo nos ideais da diversidade e da democracia.

*\*Teólogo pela PUC-Rio, Pastor auxiliar, ativista, escritor, pesquisador e mestrandando no Union Theological Seminary, da Columbia University em Nova Iorque. Autor de “Teologia Negra, o sopro antirracista do Espírito”. Entre outros livros é bolsista da Ford Foundation Global Fellowship.*  
<ronilso@gmail.com>





# Alberto Dines foi pioneiro da crítica de imprensa

FÁBIO ZANINI\*

Em 6 de julho de 1975, começava assim a primeira coluna “Jornal dos Jornais”, assinada por Alberto Dines na Folha. “*O direito à informação não funciona apenas num sentido, mas tem múltiplas direções: serve aos veículos para informar ao público e serve ao público para se informar sobre os veículos*”.

Era um experimento ousado, pelo pioneirismo de fazer uma discussão da imprensa pela imprensa e pela ideia de levá-lo adiante no ambiente pesado da ditadura.

A coluna marcou a primeira passagem de Dines, morto em 2018 aos 86 anos, pela Folha. Hoje, é amplamente considerada o embrião do que viria a ser a função de ombudsman, implementada pelo jornal em 1989.

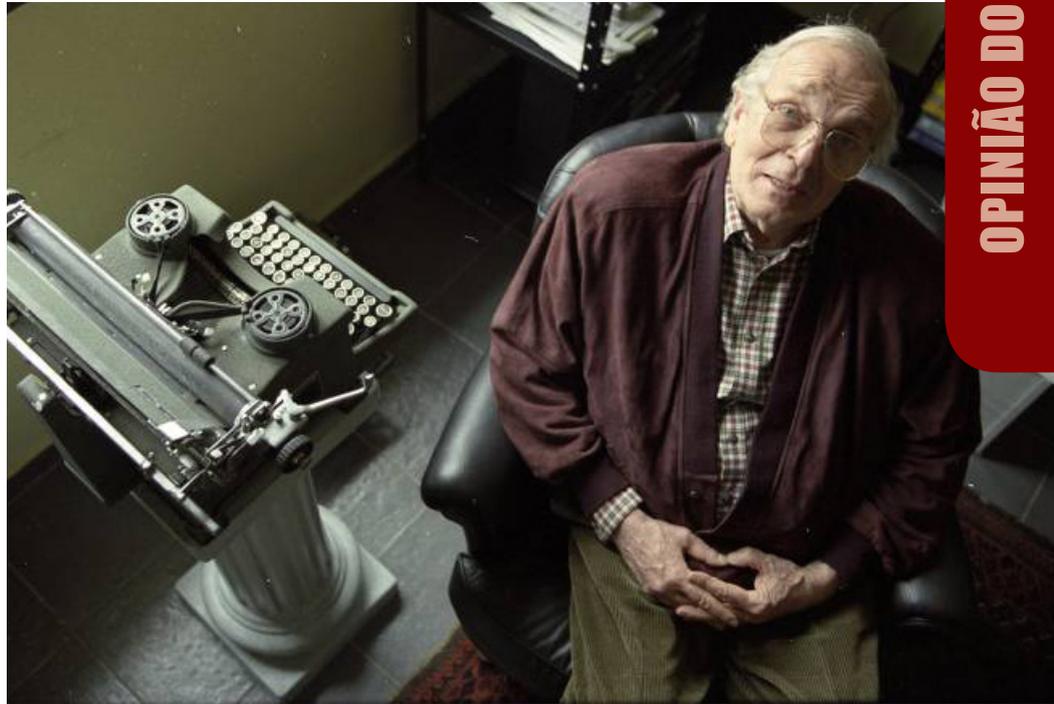
“*De fato ele é o precursor, eu rendo essa homenagem. Ele foi muito colaborativo comigo, me ajudava, dava conselhos*”, afirma Caio Túlio Costa, primeiro a exercer esse cargo na Folha.

“*Quando eu assumi como ombudsman, o Dines me mandou uma cartinha desejando sucesso. Sugeriu que eu não tivesse nem ira sagrada, nem entrasse numa missão salvacionista, porque isso tinha lhe custado mais do que uma dúzia de ferrenhos inimigos, sem que tivesse sido quebrado o bezerro de ouro*”, acrescenta.

Dines chegou à Folha convidado pelo então diretor de Redação, Claudio Abramo, após uma passagem marcante pelo Jornal do Brasil. Virou chefe da sucursal do Rio e teve a ideia de fazer a coluna sobre mídia em razão de sua experiência como professor visitante em Columbia (EUA).

“*Lá ele viu como a crítica à imprensa havia surgido no episódio Watergate. Conversando com o Frias [Octavio Frias de Oliveira, publisher do jornal], deu a ideia de fazer o mesmo na Folha. O Frias perguntou se ele tinha certeza, porque ele ia ser muito atacado, o pessoal era muito vingativo. Mas o Dines não se importou*”, diz Luiz Egypto, que foi editor do site Observatório da Imprensa, criado por Dines na década de 90 com a mesma função, de debater a mídia.

A coluna sobre mídia foi encerrada em 1977, num momento em que cres-



cia a tensão entre o jornal e a ditadura militar. Dines passou a assinar artigos sobre política com as iniciais, “A. D.”.

Em 1980, ele enviou uma coluna com o título “São Paulo e os dois Paulos”, em referência ao cardeal Paulo Evaristo Arns e ao então governador paulista, Paulo Maluf. O texto, com críticas a Maluf, não foi publicado, o que levou Dines a reclamar de censura.

Editor-chefe à época, Boris Casoy tem outra versão. “*O texto era muito forte, com impropérios pessoais contra o Maluf. Levei ao Frias, que propôs tirar o texto da página 3, onde era publicado, e levar para uma página interna, e com ele assinando o nome, não as iniciais. Ele não aceitou. Dizia que foi censurado, mas foi demitido por não respeitar uma decisão do jornal*”, diz.

Dines retornaria à Folha nos anos 1990, onde manteve uma coluna na Ilustrada. “*Ele era um dos jornalistas mais cultos do Brasil, um repositório fantástico de leituras, alguém com interesses muito diversos*”, diz Caio Túlio, que se tornou seu amigo.

Egypto concorda. “*O Dines era um erudito sem polaina, sem a menor empáfia. E sempre teve muitos projetos em mente. Trabalhava como um garoto de 30 anos. Para ele, domingo era dia normal. Era mestre em sair do escritório às 3 horas da manhã*”.

A segunda passagem também terminou em atrito. Sua coluna foi encerrada após ele ter escrito um texto no Observatório da Imprensa, em março de 1999, com críticas à Folha.

Nos anos seguintes, o jornalista e o jornal se reconciliariam, e o então diretor de Redação, Otavio Frias Filho, chegou a ir ao programa que ele apresentou na TV Brasil até pouco antes de morrer.

Lá, Dines mantinha acesa a missão a que se propôs naquela coluna pioneira na Folha, quando justificou numa frase a necessidade de a imprensa também passar por escrutínio: “*democracia vale para todos, caso contrário não é democracia*”.

## RAIOS X ALBERTO DINES

(1932-2018)

- **Nascimento:** Rio de Janeiro.
- **Carreira profissional:** trabalhou em veículos como Manchete, Última Hora, Diário da Noite, Jornal do Brasil, Folha, O Pasquim, Exame, TVE e TV Brasil.
- **Carreira acadêmica:** professor-visitante na Universidade Columbia (EUA) e criador do Labjor, da Unicamp.
- **Livros:** “Morte no Paraíso – a tragédia de Stefan Zweig”, “O Papel do Jornal”, entre outros.

\*Repórter especial e autor do blog *Sáida pela Direita*. Foi editor de *Poder e de Mundo*, repórter de política em SP e Brasília, correspondente em Londres e Johannesburg.

<fabio.zanini@grupofolha.com.br >

Twitter @FZanini

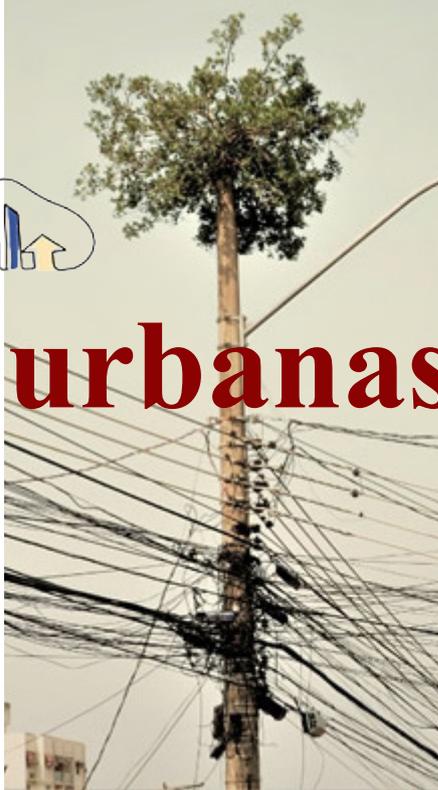
# Epifanias urbanas

VICENTE LOUREIRO\*

No poema “A Flor e a Náusea”, publicado no livro “A Rosa do Povo” de 1945, o poeta Carlos Drummond de Andrade anunciava um milagre: uma flor havia furado o asfalto e, segundo ele, também o tédio, o nojo e o ódio. Era uma epifania. Uma tentativa de nos fazer compreender a essência das coisas. Quem sabe anunciar que a esperança pode renascer onde e quando menos se espera. Se havia ou não uma flor nascendo no asfalto, jamais saberemos. O fato é que virou verdade, sem talvez ter sido. Produto da mais pura poesia.

Há uns 10 anos, um pombo de asa branca construiu em Atibaia, no interior de São Paulo, um ninho inusitado usando fios elétricos, arames, cliques, entre outros materiais industriais recolhidos na cidade. Comprovando assim, na prática, a Teoria de Darwin: “na natureza não são as espécies mais fortes ou mais belas que sobrevivem, mas sim as que melhor se adaptam ao ambiente”. Seu instinto de sobrevivência permitiu substituir gravetos e folhas normalmente utilizados, mas não disponíveis, por assemelhados coletados provavelmente em construções da vizinhança. Um caso de epifania factual.

Esta semana, um amigo chamou minha atenção com um relato: “uma árvore brotou e viceja na cabeça de um poste”. Claro que não acreditei. Exigi prova. A foto enviada por ele e que ilustra este artigo não bastou. Corri ao local para, feito um São Tomé da urbis, conferir a impropriedade botânico/urbanística, se me permitem. Batata. Estava lá a árvore e seus já frondosos galhos. O tronco, pasmem, era mesmo um poste de concreto de uns 6 ou



7 metros de altura. Ao mesmo tempo indiferente e suporte daquela atitude improvável da natureza. Parece continuar a ser verdade que dinheiro não dá em árvores. Já árvore em poste...

Enquanto em cidades chiques penduram-se jardineiras coloridas nos postes para embelezar as ruas principais, aqui em Nova Iguaçu, cidade raiz, as árvores já nascem em poste. Pragmaticamente, sem precisar da mão humana. E com algumas indiscutíveis peculiaridades: ficam imunes ao vandalismo. Já aparar seus galhos exigirá uma poda daquelas, com auxílio até de escada Magirus. Dificílima de cortar. Queria ver aquele ex-ministro do Meio-Ambiente, amigo da motosserra, derrubar essa majestosa árvore poste. Pensando bem, é capaz da Light, alegando motivos de segurança, cortar essa epifania ao mesmo tempo poética e factual.

Esse incrível fato é uma prova de que existe cidade para além de suas concretudes, resultante dessas mais que prováveis impossibilidades. Onde a capacidade de adaptação ao meio agressivo e, por vezes, inóspito é surpreendente e inspiradora. Brotar onde seria impossível, mais do que uma prova de resiliência, é um ato de superação da vida. De afirmação de que as adversidades podem ser obstáculos, nunca empecilho. Essas e outras epifanias urbanas devem ser consideradas enquanto sensação profunda de realização, não como uma manifestação espiritual ou do divino. Ou será que não?

\*Arquiteto e urbanista, doutorando em urbanismo na Universidade de Lisboa e autor do Livro *Prosa Urbana*.  
<vicente.metropolitano@gmail.com >



ALTEMEYER JUNIOR, FERNANDO  
**O MISTÉRIO DO TEMPO**

Editora Vozes – 160 págs.  
ISBN 9786557131312 – R\$ 32

Vocês terão em mãos um livro de 21 capítulos tecido com o fio condutor do tempo e de seu mistério. A leitura do prefácio já revela a música que faz entender todo o livro.

São sete capítulos sobre o passado da Igreja cristã, sete sobre o presente daqueles que seguem Jesus e outros sete sobre o futuro de uma fé libertadora que “estica” horizontes. O livro foi escrito de forma serena sem descuidar a profundidade das palavras. Término cada uma das três etapas, indicando um personagem: Santo Antônio, as religiosas consagradas e, enfim o beato Charles de Foucauld. São pessoas que ajudam a sair da noite escura em que estamos submetidos/as.

Esse livro foi escrito para aquele/a cristão/ã que pensa a sua fé, sobretudo, está dirigido aos/às catequistas, religiosos/as, padres, diáconos, seminaristas, irmãos, freiras, missionários, bispos, pastores de outras igrejas ecumênicas e professores do ensino religioso nas escolas. É um livro que se lê com gosto, pois quer fazer pensar os fundamentos da fé cristã. O subtítulo é revelador: a fé como memória, vivência e horizonte. São 159 páginas, em linguagem de fé e teologia. Apresento alguns temas da vida cristã, retomando a memória, localizando as lutas de hoje e assumindo os sonhos que precisam nos mover.

**Rede**

BOLETIM DE CRISTÃOS

Coordenadora Editorial:  
Maria Helena Arrochellas

Conselho Editorial:

Alno e Agnes Lorenzon, Pr. Bruno Oliveira,  
Pr. Edson Fernando de Almeida, Pe. José Oscar Beozzo,  
Lúcia Ribeiro e Thomaz Ferreira Jensen.  
Em memória: Hélio Amorim, Helio Soboya,  
Jether Ramalho, Maria Cândida Bordenave  
e Plínio de Arruda Sampaio

Diagramação: Marcos Diniz / Arterg

Correspondências:

Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade / CAALL  
Rua Mosela, 289, Mosela, Petrópolis, RJ  
Brasil / 25675-481 / +55 (24) 2242.6433  
bolrede@terra.com.br